

GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA COMO EIXOS FUNDANTES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES/EDUCADORES: NOTAS A PARTIR DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Adriano Barbosa Sales

(Adriana Sales¹)

Leonardo Lemos de Souza²

Resumo:

O presente trabalho discute a formação inicial e continuada professores no âmbito dos temas gênero e sexualidade. As reflexões apresentadas apontam esses temas como elementos necessários a serem problematizados no currículo escolar e de formação de professores, analisando uma experiência em Educação a Distância como política de governo para auxiliar nessa tarefa. Entendemos a formação em gênero e diversidade fomentada pela política de formação continuada de professores oferecida pela SECAD/MEC como estratégia de viabilização de outras práticas formativas, ao mostrar a demanda e problematizar o cotidiano escolar a partir da diversidade de gênero e sexual.

Palavras-chave: ead; gênero e sexualidade; formação de professores

Gênero e sexualidade: fundações no currículo e nas práticas formativas

Questões de gênero, sexualidade e todas as diversidades educacionais se apresentam muito recentemente enquanto discussão nos cotidianos escolares. Como os indivíduos envolvidos nos processos de educação apresentam possibilidades de construções identitárias muito adversas aos padrões estabelecidos na sociedade vigente, novos questionamentos nos remetem a refletir sobre o papel do ensino e todas as suas competências. Notadamente, conseguimos perceber a importância das discussões das possibilidades humanas que contemplem um currículo compreendido pelas reais necessidades do alunado e de toda sociedade que esse grupo fomenta.

¹ Licenciada em Letras, professora da rede estadual de educação (Mato Grosso), discente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso – Campus Rondonópolis.

² Doutor em Educação, docente da Universidade Federal de Mato Grosso/ Programa de Pós-Graduação em Educação – Campus de Rondonópolis

Para tal reflexão há de se retomar os debates no que consiste a educação, seus papéis, todo o processo de educação, o processo de evolução humana permeados pelos processos sócio-históricos. Como os grupos culturais diversos e por vezes marginalizados apresentam novas demandas, até então negadas pelas hegemonias sociais de poder, na atualidade, manifestam-se outras concretas e gritantes vozes nos convívios e processos de ensino. Repensar o currículo, propostas pedagógicas e intenções metodológicas, por exemplo, norteará a ressignificação dos modelos de escola, de educadores que estão postos nesses processos, seus objetivos e discursos que contemplem os anseios sociais de todos os indivíduos que fazem parte dessa história humana.

Os agentes sociais e suas ideologias desenvolvem concorrido debate no desvelar dos processos de educação. Compreender as variáveis identitárias, os argumentos utilizados pelos atores da vida e as expressões de convívio, necessita olhares mais atentos por parte daqueles que tem o privilégio das decisões da intelectualidade e dos saberes formais. Para Torres,

Nos diferentes contextos sócio-históricos, formam-se constelações de idéias, ocorrem mudanças de costumes, de modos de portar, de vestir, estabalecem-se, enfim, pensamentos e comportamentos que guiam nossas possibilidades e nossos limites de existência (TORRES, 2010 p.13).

O processo educacional, os elementos que o compõem, desde ao espaço físico da escola, profissionais e elementos simbólicos nela apresentados devem redimensionar as discussões da sexualidade, gênero e diversidades para uma discussão tranqüila e pertinente à evolução de seu alunado, sendo espaço de diálogos entre as várias esferas representativas que nela se apresentam. As construções simbólicas desses processos devem retomar análises que representem os papéis sociais de homem e de mulher, de orientações sexuais, conflitos étnicos e toda amplitude que já constitui o cenário social, mas que muitas vezes é negado pelo processo educativo formal institucionalizado e suas crenças tão arraigadas de estereótipos heteronormativos.

A construção identitária do alunado se faz de muitas nuances, desde o psíquico ao corporal, permeando-se da sexualidade como uma vertente desse processo de elaboração da identidade humana. Nessas nuances, a sexualidade se mostra como fator mais íntimo, social e essencial para traçar quais experiências e vivências que esse indivíduo leva para escola e para seu cotidiano social. Portanto, a sexualidade concretiza, pela compreensão e



respeito às possibilidades de gênero e identidade, em qual perspectiva esse alunado concebe o ato do ensino-aprendizagem, seus mecanismos e para quais fins.

Pensar nos elementos, meios e fins educativos nos faz compreender as construções culturais dos grupos, pois segundo Santos,

A cultura abarca toda produção coletiva do ser humano que formam um conjunto de práticas e conhecimentos de determinado grupo social. Nesse conjunto, os elementos culturais que são produzidos e manipulados pelos indivíduos se traduzem nos sistemas simbólicos. Dessa maneira, a cultura irá influenciar na construção identitária dos sujeitos (SANTOS, 2010 p.110).

Investigar as construções de gênero, o corpo como matriz da sexualidade, aspectos da juventude e infância, associados aos contextos históricos das sociedades é fato fundante para o pensar do currículo. A forma e os métodos trabalhados nas escolas, as práticas docentes e suas intenções revelam que identidade de professor se apresenta nesse ambiente. Segundo Pinto, “o método educacional tem que ser definido como dependência de seu conteúdo (e significado) social, ou seja, o elemento humano ao qual vai ser aplicado, de quem o deve executar, dos recursos econômicos existentes, das condições concretas nas quais será levado à prática” (2007 p.46). Fatores determinantes e variáveis dessas construções pressupõem uma necessidade de reorientação nos aspectos formativos desses sujeitos da educação que resultem novas conceituações sobre as diversidades educacionais que se manifestam nos espaços de convívio.

Há a necessidade de ponderar sobre as relações que se estabelecem nesses espaços no que tange às discussões de gênero e sexualidade, principalmente nas intencionalidades dos currículos, para que as diversidades enquadradas como padrões não revelem desvantagens para evolução de alguns grupos ou mesmo indivíduos sociais. Apontar novas realidades diversas é o caminho para uma compreensão de totalidade social necessária para uma educação de qualidade e inclusiva.

São Inegáveis os avanços atingidos durante os últimos anos no Brasil em relação à garantia dos direitos humanos das populações diversas. As conquistas desses direitos e garantia de acesso às políticas públicas educacionais caminham para reconhecer as diversidades como parte integrante de uma sociedade complexa.

A formação identitária do alunado e sua complexidade surgem na fase da infância e adolescência; e a escola assume um papel crucial para a construção dessas identidades. Os espaços educativos e formativos representam uma amostra do universo sociocultural da comunidade onde esses indivíduos se inserem. Dessa forma esses espaços, a escola, como uma das instituições que lidam com transmissão e construção do saber, são lugares privilegiados para pensar em construção de práticas pedagógicas que garantam a afirmação da identidade sexual, os gêneros e todas as possibilidades humanas.

Ser diferente é ser único, fator primordial para a construção humana, não sendo fácil a condição de ser, pois o verbo "ser" por si só já determina a existência, pois ser quem somos - e o que somos é assumir a essência que temos como ser humano e exteriorizar essa essência -, mas que precisa ser realizada a fim de não sermos seres vazios, anulados e frustrados.

A discriminação contra quem assume sua verdadeira essência humana, diferente daquelas padronizadas socialmente, é implacável; não dá possibilidades a essas pessoas de exercerem sua cidadania e identidade plenamente, violando seus direitos humanos básicos

Seria normal tal não-aceitação pela heteronormatividade se a mesma não provocasse desastres irreparáveis na vida de tantos jovens e adolescentes que tentam frequentar os ambientes escolares e são simplesmente rechaçados em seus direitos; acabando por se dedicar ao mundo das drogas, da prostituição e outras atividades marginais.

Estes indivíduos acabam por ficar à mercê de uma estrutura cultural que não contempla suas necessidades e adversidades, estabelecendo conflitos internos e externos sobre sua construção identitária e seu papel na sociedade. Ainda que se encontre paliativo, esconde-se atrás de figuras politicamente hetero-corretas e apresentam barreiras em se reconhecer. Nega-se em se apropriar da personalidade e identidade de gênero que realmente ou verdadeiramente lhe cabe.

O tratamento digno e de acordo com a sua identidade de gênero é de fundamental importância para a diminuição do preconceito latente, das vulnerabilidades de risco e baixa estima. As provocações de novos diálogos e as tensões provocadas pelos eventos histórico-sociais pretendem fomentar pensamentos sobre as relações humanas e as compreensões do gênero, sexualidade e das diversidades no decorrer dos processos pedagógicos nas escolas



no Estado de Mato Grosso e o contexto cultural em que esses eventos se apresentam e representam no espaço escolar.

Diante deste exposto, podemos observar que a formação dos professores tem suma importância no desvelar destas possibilidades. Não há tempo e nem espaço mais para deixar que estas questões passem ilesas aos olhos dos que pensam educação.

Buscar uma educação de qualidade, pluricultural, que respeite todas as diversidades existentes, que fomente a reflexão e compreenda (por) tudo aquilo que é diferente ao que conhecemos e apropriamos como nossa verdade absoluta é educar. É informar, provocar tensões, desestabilizar os conceitos para que o aluno sinta-se parte verídica dessa elaboração e encontre onde remeter esses conhecimentos à sua vida.

A diversidade existente exige do educador posturas mais abrangentes e práticas pedagógicas que se articulem com a realidade da escola. As políticas públicas educacionais são os caminhos para esta nova etapa de construção e desconstrução dos padrões existentes. A educação deve começar a compreender que é necessário aceitar as diferenças, entendê-las e respeitá-las como construção humana.

Para todos esses eventos, seus diálogos, as ressignificações, a formação de professores se torna cada vez mais necessária e indispensável. A formação contínua, desprovida de preconceitos e barreiras, dimensionará novos paradigmas sociais, transitando nos currículos, práticas pedagógicas atuais e sendo fator significativo para vida de todos os envolvidos nas comunidades. Para Apple,

Estas são questões significativas, especialmente a reivindicação de todos os currículos se explicarem à si próprios. Em sociedades complexas como a nossa, divididas pelo poder diferencial, o único tipo de coesão possível é aquele em que podemos reconhecer abertamente as diferenças e desigualdades (APPLE, 1997, p.142).

Notório observar que ao debater os processos educativos de formação, com foco na formação continuada do educador, é relevante termos como discussão inicial o texto da Lei 9.394/1996, que define os fundamentos da formação de profissionais da educação. Pois, esses atores precisam compreender e se preparar para atender aos objetivos dos variados níveis e modalidades de ensino e atentar-se para as diversas características de cada fase da formação humana do alunado. O texto enfatiza dois pontos primordiais: a necessária



vinculação entre teorias e práticas e ao aproveitamento das experiências de vida e história desse educador.

Para Freire (1999), o educador deve se assumir como sujeito da produção do saber, convencendo-se definitivamente de que ensinar “não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. É importante que fique nítido para o professor, na sua formação, que, “embora diferentes entre si, quem forma, se reforma e re-forma ao formar e quem é formado, forma-se e forma ao ser formado”.

Nessa perspectiva, os desafios que a formação continuada exige reorganizam os mecanismos utilizados para essas construções. As políticas públicas correspondem, seja por pressão dos movimentos sociais, seja pelo próprio interesse dos professores, seja por exigência de uma escola sedenta por inovações, aos anseios de uma gama de debates que reordenam as capacidades e subjetividades dos currículos e suas metodologias nos contextos escolares.

Reconhece-se que os avanços nos campos das formulações dessas políticas propiciaram reformas educacionais notórias em relação à formação continuada dos profissionais. No entanto, trata-se de tarefa complexa e exige das instituições proponentes de formação compromisso com as demandas sociais e suas especificidades.

Todas essas demandas vão se apresentando nos cenários estaduais de maneiras particulares, cada qual em seu tempo, em sua necessidade real, visto que a escola tem tempos diferentes dos contratos sociais estabelecidos.

As atribuições dos professores nas escolas e na sociedade são claramente definidas pelas leis brasileiras (Lei 9.394/96). Esses professores devem participar das discussões de elaboração de toda proposta da escola, inclusive do currículo, cumprir planos de trabalhos, propiciar a aprendizagem dos alunos, estabelecer estratégias de reflexões nas avaliações e seus processos instituídos, etc. Porém, para cumprimento dessas atribuições e o enfrentamento dos desafios que essas atribuições irão revelar, a mesma lei preconiza a formação inicial e continuada deste profissional.

Na especificidade da formação continuada, é no decorrer dos dias letivos da escola, que professores devem oportunizar as reflexões sobre suas ações educativas, promover atualizações, redimensionamentos e aprofundar seus conhecimentos. É nesse ato que as tensões e conflitos podem ser observados por novas ópticas que até então estavam submersas no cotidiano intenso dos viveres educacionais. Os desenvolvimentos

sistematizados na formação continuada implicarão compromissos que certamente irão contribuir com perspectivas eficazes nas mediações e conflitos.

De acordo com as políticas vigentes de formação do Estado de Mato Grosso, a necessidade de articulação da formação inicial, a continuada e os processos sociais deve ser o foco das propostas de socialização dos conhecimentos. Para Fusari e Rios,

A nova educação, a nova escola só pode nascer desta que aí está. O novo professor já está aí, naqueles que estão trabalhando ou se preparam para trabalhar na escola brasileira. O desafio está na necessidade de se superarem os problemas e se encontrarem/criarem recursos para a transformação. (...) Construir o possível significa explorar os limites, para reduzi-los, e as alternativas de ação, para ampliá-las. (FUSARI e RIOS, 1995 p.37-46).

Assim, as demandas dos espaços escolares, desse Estado mais especificamente, vão se tornando não mais copistas e sim cada vez mais provocadoras devido aos eventos sócio-culturais que os grupos vão apresentando e produzindo de acordo com suas representações simbólicas.

Nesse sentido, as instituições que deflagram as propostas de continua formação se manifestam a responder aos anseios dessas inquietações imensamente salutar e fundamentais para compreensão do ato de ensinar e aprender.

As políticas públicas relacionadas à formação continuada de professores, propostas pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade do Ministério da Educação tem viabilizado a inserção de temas relacionados a diversidade (étnico-racial, gênero e sexualidades, infâncias, inclusão) na formação de professores. Tal inserção provoca possibilidades e demandas relacionados a esses temas presentes no cotidiano das escolas.

Demandas relacionadas ao currículo e conteúdos trabalhados já previstos em parâmetros curriculares regionais e nacionais, mas nunca como eixo fundamental do trabalho. A idéia de transversalidade aqui recorrente é do trabalho com tais temas de maneira que são temas adjacentes a outros conteúdos escolares, considerados essenciais no processo educativo, tais como as disciplinas clássicas dirigidas a habilidades e competências de áreas de conhecimento das ciências para o mercado de trabalho ou o ensino universitário.



Gênero e diversidade na escola: problematizando uma experiência com a formação em EAD

O oferecimento de cursos como o Gênero e Diversidade na Escola na modalidade de educação a distância, tem seu mérito em oferecer formação gratuita e articulada com as demandas regionais para professores da educação básica. Além disso, o fato de possibilitar o ensino a distância como uma modalidade que oferece melhor acesso a lugares que nem sempre a formação nessas áreas de conhecimento, pela localização geográfica e indisponibilidades de formadores na localidade, é possível. Apresentaremos uma proposta de investigação sobre o impacto na formação de professores/educadores de um curso de aperfeiçoamento oferecido em EAD.

Cursos de formação sobre os temas gênero e sexualidade e educação tem sido oferecido desde 2007 no estado de Mato Grosso, pela Universidade Federal de Mato Grosso, na modalidade presencial, em diversos municípios do estado. Em 2009, foi possível ampliar a formação a partir do oferecimento da modalidade a distância, que teve suas atividades iniciadas em 2010. A Universidade Federal de Mato Grosso tem promovido uma série de ações comprometidas com as diretrizes e documentos supracitados, sendo que o NIEVCI (Núcleo Interinstitucional de Estudos sobre Violência e Cidadania) e o NUPSI (Núcleo de Pesquisas em Psicologia) tem sido protagonista de variados cursos, oficinas, palestras, discussões, bem como do desenvolvimento de pesquisas acerca das temáticas: relações étnico-raciais, gênero, violência de gênero, homofobia. A atuação dos núcleos têm se pautado no tripé ensino- pesquisa- extensão; considerando o compromisso e a responsabilidade das Instituições de Ensino Superior na formação e produção de conhecimento.

A relevância do oferecimento do curso centra-se na necessidade de oferecer e fomentar oportunidade de capacitação e qualificação de profissionais da educação básica, na perspectiva do desenvolvimento e adoção de práticas pedagógicas e conteúdos curriculares que contemplem e respeitem as diversidades relativas a gênero e sexualidade e às relações étnico-raciais. Além disso, pretendemos contribuir para a construção de um espaço escolar democrático, pluralista; que promova e valorize o reconhecimento da diversidade étnico-racial, sexual, da igualdade de gênero, dos direitos sexuais e reprodutivos de jovens e adolescentes. Considerando a centralidade do espaço da escola na



reprodução social, na construção de identidades e na problematização dos preconceitos, temos como público-sujeitos profissionais que atuam na rede pública de educação do Estado de Mato Grosso.

A escolha dos temas específicos a serem trabalhados - gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais, bem como a decisão de tratamento conjunto desses temas, parte do entendimento de que os fenômenos se relacionam de maneira complexa. A proposta de oferecimento do curso na forma de educação à distância amplia as possibilidades de formação de profissionais da educação de regiões no estado de Mato Grosso que tenham a demanda sobre essa temática

No período de inscrições do curso tivemos aproximadamente mais de 600 inscrições para um total de 300 vagas, oferecidas em seis pólos da Universidade Aberta do Brasil (Juara, Diamantino, Alto Araguaia, Lucas do Rio Verde, Guarantã do Norte, Primavera do Leste) abarcando alguns pólos de microregiões do estado. No grupo de inscritos tivemos professores/as da educação básica do ensino público, gestores e demais trabalhadores/as da educação. A opção do curso foi de abrir a possibilidades aos educadores, entendendo-os como os diferentes agentes educacionais presentes no cotidiano escolar.

O curso teve como objetivo:

Geral:

✓ Contribuir com o processo de formação de profissionais da área da educação em Mato Grosso, oportunizando formação continuada com vistas à (re)significação de suas práticas em relação ao gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais.

Objetivos específicos:

✓ Capacitar os trabalhadores/as da educação básica com vistas à promoção, no espaço escolar, da igualdade de gênero, da diversidade sexual, das relações étnico-raciais e o enfrentamento e superação das práticas racistas, homofóbicas e sexistas;

✓ Promover a discussão acerca dos direitos sexuais e direitos reprodutivos de jovens adolescentes, visando a prática do sexo seguro;

✓ Desenvolver ações político-educativas que contribuam para a redução da discriminação quanto à diversidade de gênero, sexual e étnico-racial no espaço escolar;

- ✓ Incentivar a convivência baseada no respeito à diversidade de gênero, orientação sexual e étnico-racial;
- ✓ Desenvolver e disseminar informações em relação a casos de violação de direitos, de violência e discriminação étnico-racial, homofóbica e sexista, bem como de situações de riscos sociais enfrentados pelas populações vulneráveis.
- ✓ Estimular e desenvolver na formação dos educadores/as a leitura crítica e o aproveitamento de diferentes recursos pedagógicos e de diferentes mídias;
- ✓ Contribuir para a formação de profissionais da Educação Básica, de modo a oferecer e estimular a produção de instrumentos para o desenvolvimento de atividades de aprendizagem, articuladas à uma concepção interacionista e construtivista, que considerem o cotidiano escolar e fora da escola vividos pelos educadores/as e alunos/as da escola;
- ✓ Incentivar a produção de materiais didáticos de apoio pelos próprios cursistas e o intercâmbio de tais materiais e experiências bem sucedidas, (bem como dificuldades enfrentadas) entre eles/as.

O curso está sendo desenvolvido desde janeiro de 2010 e tem seu término previsto em junho do mesmo ano. Dentre os módulos desenvolvidos: *Diversidade; Desigualdade de Gênero (gênero e sexualidade na história e na educação); Sexualidade e orientação sexual (Diversidade sexual e discriminação; saúde e direitos sexuais e reprodutivos); Relações étnico-raciais, gênero e desigualdades (desigualdade racial e gênero; educação e igualdade étnico-racial); Avaliação (elaboração de plano de trabalho para o combate à homofobia e ao sexismo nas escolas como ação multiplicadora; produção de um artigo conjunto tutor/tutorando, escolhendo um tema relacionados aos módulos, ou a uma realidade diagnosticada em sua unidade escolar; auto-avaliação).*

A previsão das atividades nos módulos pautam-se pela interação com os tutores e entre os membros da turma/classe, bem como pressupõem-se a inserção das discussões e conhecimentos elaborados no curso na sua unidade escolar. Por isso, o processo de avaliação prevê a organização de atividades de intervenção no contexto escolar do grupo de cursistas.

Todos os módulos propõem uma atividade presencial no qual os cursistas são orientados por um professor formador, que conduz as atividades na forma de oficinas problematizadoras (com produções gráficas como textos e desenhos a partir de situações vivenciadas) sobre um conjunto de temas das unidades do módulo. Nesse processo foram



coletadas impressões sobre o modo como os cursistas percebem o tema no cotidiano das unidades escolares, bem como das representações que esses elaboram sobre a diferença sexual e de gênero.

Podemos elencar alguns dados preliminares sobre: a) o papel do educador no trabalho com gênero e sexualidade; b) as representações acerca de professores, funcionários e alunos e alunas gays, lésbicas, travestis e transgêneros no ambiente escolar.

Os educadores buscam o curso para conhecer mais sobre como proceder diante de situações relacionadas às práticas sexuais relatadas por alunos e alunas, bem menos por situações de preconceito e discriminação vivenciado por gays, lésbicas e mulheres no ambiente escolar. A atuação do educador é a de prevenção em relação às práticas sexuais e reprodutivas de adolescentes. Deixa-se de lado uma dimensão relevante que é a discriminação de gênero e sexual diante do diferente, perpetuando o ciclo de exclusões dentro da escola. O desafio do curso é promover esse debate, empreendendo outros olhares diante do tema gênero e sexualidade.

As representações acerca da diferença presente na sexualidade e gênero de professores, funcionários e alunos oferecem informações que nos surpreendem. Para os educadores esses sujeitos devem ser respeitados em suas diferenças, mas outros questionamentos são realizados: qual o impacto dessa diferença sobre os outros? No sentido de “contaminação” de comportamentos e identidades sexuais e de gênero. Quais as consequências dessas formas de habitar o mundo para seus processos de aprendizagem e desenvolvimento, bem como de sua vida em sociedade? Quase sempre esse impacto é visto com negatividade nos discursos e produções dos professores.

Além desses dados, aspectos que motivam a busca de formação é digno de destaque. Referimo-nos ao benefício funcional de participar de formações continuadas na carreira de professores e funcionários. Esse dado leva a muito a um acúmulo de cursos pela Educação a Distância, que impossibilita a realização do curso, provocando desistências nos primeiros módulos. Esse dado se alia ao próprio tema do curso, para alguns polêmico, e quando foi proposta uma atividade no primeiro módulo com depoimentos sobre situações de discriminação sexual e gênero nas escolas e a mesma foi boicotada por boa parte dos cursistas, dado ao que eles chamavam de dificuldades em pensar situações dessa natureza, bem como de se exporem diante dos colegas, já que o tema é tabu.

A partir dos aspectos levantados percebemos que o impacto inicial da ead com o tema gênero sexualidade na formação continuada de educadores tem o seu mérito de oferecer um espaço de problematização das diferenças na escola. Um impacto efetivo do trabalho se realizará a partir das avaliações de cada módulo e, principalmente, no trabalho final na proposta de intervenção, onde buscaremos definir s princípios norteadores das ações e sua articulação com uma perspectiva ética que leve em consideração o respeito às diferenças e os direitos humanos. Do mesmo modo, buscaremos acompanhar o desenvolvimento desses projetos de intervenção para avaliar sua viabilidade enquanto disparadores de mudanças na unidade escolar

Postman (2004) menciona essa tarefa da escola contemporânea no trabalho com a diversidade. Assim, os processos formativos do educador, seja inicial ou continuado, deve desencadear a reinvenção da escola, aberta às diferenças e ética no cuidado com o outro.

Uma ferramenta para essa ação deve ser o desafio de tratar do tema a partir da transversalidade (BUSQUETS, 2000), como fundamento para a elaboração de uma educação integral. A escola, se não abarcar o cotidiano e a vida concreta, considerando as necessidades e demandas dos sujeitos da educação, perderá seu sentido para todos.

Referências

- BUSQUETS, M. D. et al. *Temas transversais em educação: bases para uma formação integral*. São Paulo: Ática, 2000.
- FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 11. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FUSARI, J.C. e RIOS, T.A. *Formação Continuada de professores*. Porto Alegre, Artmed, 2010.
- APPLE, M. W. *Os professores e o currículo: abordagens sociológicas*. Lisboa, Educa, 1997.
- PINTO, A. V. *Sete lições sobre educação de adultos*. 15ªed. São Paulo: Cortez. 2007. p. 29-57.
- POSTMAN, N. *O fim da educação: redefinindo o valor da escola*. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.



SANTOS, A. M. dos (org). *Educação com diálogos com a diversidade*. Cuiabá: KCM Editora, 2010.

TORRES, M.A. *A diversidade sexual na educação e os direitos LGBT na escola*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

Legislação

Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Política de Formação dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso, junho de 2010 – Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso.